

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

ATA DA 605ª (SEISCENTÉSIMA QUINTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU.

Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, às dez horas, reuniu-se o Conselho Fiscal da CBTU, empresa pública de capital fechado, CNPJ nº 42.357.483/0001-26, NIRE nº 53.5.0000875.6, com sede no Edifício Confederação Nacional do Comércio – CNC, 9º ao 13º andar, Setor Bancário Norte, quadra 1, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.041-902, presencial e por videoconferência, para apreciação dos temas relativos à 605ª reunião ordinária, com a presença da Presidenta interina do Colegiado MÁRCIA RIBEIRO ABREU e dos Conselheiros: ANTÔNIO VLADIMIR MOURA LIMA e RODRIGO DALVI SANTANA. Foram convidados para prestar esclarecimentos ao Conselho: a Assistente Executiva, RUTE PORTUGAL DOS SANTOS; a Coordenadora Técnica- Controle Funcional, ELIZANGELA COSTA DE ARAÚJO; a Gerente Técnica- Gestão de Contratos, NATALIA MARIA NASCIMENTO COSTA; a Assistente Executiva, ROSELI GAMBARINE LOPES; a Assistente Executiva, HELOÍSA MEDEIROS; o Assistente Executivo, CARLOS EDUARDO PAUZEIRO VIEIRA BARCELOS; a Gerente Técnica- Contabilidade e Custos- JULIANE SANTOS ARAUJO; o Gerente Geral- Gestão Financeira, MARCELO WANDERLEY DE OLIVEIRA MIRANDA; a Assistente Executiva, ELAYNE BEZERRA; e a Assistente Executiva KAMILA BARBOSA foi convocada para secretariar os trabalhos.

Verificando-se o quórum para instalação da reunião, os membros do Conselho Fiscal, únicos presentes com direito a voto, opinaram nos termos que se seguem:

1. Comunicações Iniciais. 1.a) Ajustes datas reunião do Conselho Fiscal. Os Conselheiros manifestaram-se favoravelmente à alteração das datas das próximas reuniões mensais. A reunião referente ao mês de fevereiro foi reagendada para o dia 27/02/2026, enquanto o encontro de março ocorrerá no dia 24/03/2026. **1.b) Aprovação da minuta da ata 604ª RO.** A minuta da Ata da 604ª RO foi submetida à avaliação do Conselho e, uma vez revisada, seguirá para assinatura.

2. Apreciação das atas da Diretoria Executiva. O Conselho Fiscal apreciou as atas da **752ª a 755ª** Reunião Ordinária da Diretoria Executiva e **76ª** Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva. Na ata **76ª**, o item 3 - Demonstrações Financeiras 3º Trimestre – Após exame, o Colegiado manifestou especial preocupação com o valor expressivo do Patrimônio Líquido Negativo, fortemente impactado pelos passivos junto à Fundação REFER e pelas provisões para contingências, recomendando o monitoramento desses itens. Adicionalmente, o Conselho ratificou a necessidade de aperfeiçoamento urgente dos controles internos. No tocante à ata **752ª**, no item 11, o Conselho Fiscal tomou conhecimento da aprovação de licitação para serviços de controle de passagens de nível na STU-REC, com um valor expressivo. Diante do montante, o Colegiado recomendou que a Diretoria observe o alinhamento dos prazos de vigência das novas contratações ao cronograma de concessão da referida unidade. Ao final, em relação à ata **753ª**, o Conselho Fiscal tomou conhecimento do andamento da elaboração do Plano de Negócios para o exercício de 2026. Diante da relevância estratégica do documento, o Colegiado solicitou que, tão logo o texto seja consolidado pela GAGOV e apreciado pela Diretoria Executiva, seja formalmente apresentado ao Conselho Fiscal.

3. Apreciação das atas do Conselho de Administração. Os conselheiros apreciaram as Atas 454ª e 455ª Reuniões do Conselho de Administração, sendo destacado o item 5 da ata 454ª, os Conselheiros tomaram conhecimento da orientação do Conselho de Administração para o início urgente de um novo processo seletivo de auditores, visando sanar o déficit no quadro de Auditoria Interna. O Conselho Fiscal manifestou sua preocupação com o impasse e solicitou que a Diretoria Executiva apresente as medidas que estão sendo adotadas para recompor a equipe, considerando que a carência de auditores compromete a eficácia dos controles internos da Companhia. Em relação à ata 455ª no item 4, o Conselho Fiscal analisou o PAINT/2026 e ratificou as preocupações manifestadas pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração. O Colegiado enfatizou que a precarização do quadro e a ausência de especialista elevam criticamente o risco. O Conselho ressaltou que, além da recomposição quantitativa, a Companhia deve investir na capacitação e melhoria da equipe, assegurando que os auditores possuam os conhecimentos necessários para as demandas atuais. Por fim, recomendou que a Diretoria se organize para responder tempestivamente aos órgãos de controle.

4. Apreciação das atas do Comitê de Auditoria. Os conselheiros apreciaram as Atas da 170ª, 171ª Reuniões Ordinárias do Comitê de Auditoria e 14ª Reunião Extraordinária do Comitê de Auditoria. Na ata 14ª RE, no item 1- Relatório de Impactos e Medidas de Transição decorrentes da concessão da STU-REC, o Conselho Fiscal registrou que manterá o acompanhamento do processo de transição. Na ata 171, no item 3, o Colegiado informou que continuará acompanhando as discussões e definições acerca dos aspectos contábeis do Termo de Cooperação Técnica.

5. Execução Orçamentária dezembro/2025. Foi apresentada ao Conselho Fiscal a execução orçamentária referente ao mês de dezembro de 2025, tendo sido destacados os seguintes fatos relevantes: em 01/12/25, recebimento de orçamento do PAC no valor de R\$ 14.580.337,00; em 03/12/2025, envio do pedido nº 589311, via SIOP, solicitando remanejamento de R\$ 1.968.994,90 da ação Sentenças Judiciais (PO Sentenças Cíveis) para a ação Benefícios Obrigatórios (PO Auxílio-Alimentação), a fim de anular o déficit orçamentário após o cancelamento de R\$ 3.500.000,00 publicado na Portaria MPO nº 467, de 27 de novembro de 2025; em 11/12/25, recebimento de destaque da SPU no valor de R\$ 104.373,53; em 12/12/25, publicação da Portaria SOF/MPO nº 494, que institui procedimentos para alteração nas estimativas de arrecadação das receitas orçamentárias da União referentes ao exercício de 2026 e à elaboração do PLDO/PLOA 2027; em 16/12/2025, envio do pedido nº 590066, via SIOP, solicitando troca de PO de Assistência Médica para Exames Periódicos, no valor de R\$ 50.000,00, para atender necessidade da Superintendência de Recife; em 18/12/25, atendimento ao pedido nº 589311 no SIOP (Portaria GM/MPO nº 514); em 18/12/25, atendimento ao pedido nº 590066 no SIOP para remanejamento entre os POs Assistência Médica e Exames Periódicos; em 19/12/25, publicação da Portaria GM/MPO nº 523, oficializando o cancelamento de R\$ 1.409.036,00 referente à Emenda de Luziânia; em 19/12/2025, envio do pedido nº 610674, via SIOP, solicitando suplementação de R\$ 15.000.000,00 em Ativos Civis devido à projeção de necessidade orçamentária de pessoal; em 26/12/25, atendimento ao pedido nº 610674 no SIOP (Portaria GM/MPO nº 547); em 31/12/2025, publicação da Lei nº 15.321, que dispõe sobre as diretrizes para a LOA 2026; e, em 31/12/2025, publicação do Despacho Presidencial com veto parcial ao Projeto de Lei nº 2/2025-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da LOA 2026. Ainda, foi destacado que os fatos relevantes possuem publicações do Diário Oficial da União – DOU

(<https://www.in.gov.br/inicio>), dados do SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira, operações realizadas no SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento), documentos e e-mails com demandas e orientações que impactam às atividades da CEPRO/GEORC.

6. Ressarcimento de pessoal cedido com e sem ônus pela Companhia. Foi submetido à apreciação do Colegiado o relatório de ressarcimento de pessoal cedido com e sem ônus pela Companhia, e foi informado que não houve alterações significativas aos períodos anteriores. Após a análise, o Conselho Fiscal deu-se ciente, não havendo observações adicionais a registrar.

7. Contratos Relevantes: examinar as contratações relevantes da empresa em especial dispensas e inexigibilidades- 4º trimestre/2025. A Gerência Técnica de Gestão de Contratos apresentou o relatório das principais contratações realizadas no período, com foco em dispensas e inexigibilidades. Após a exposição, o Conselho Fiscal solicitou o aprimoramento da metodologia de apresentação para as próximas reuniões, visando obter uma visão panorâmica e gerencial mais efetiva. O Colegiado recomendou a reestruturação do relatório para incluir: **i)** destaque específico dos contratos iniciados no trimestre correspondente; **ii)** quadro analítico contendo os dados de execução (vigência inicial e final, valor original e valor atualizado); e **iii)** indicadores gráficos consolidados das contratações gerais da CBTU. O objetivo é conferir maior transparência e facilitar o monitoramento da execução contratual e financeira pela governança.

8. Evolução do contencioso- 4º trimestre 2025. Foi apresentada a evolução do contencioso jurídico da Companhia relativa ao 4º trimestre de 2025. Após a análise dos dados, o Conselho Fiscal recomendou que as futuras apresentações tragam as informações de forma mais agregada, permitindo uma visão sistêmica do passivo jurídico com mais objetividade. Tal aprimoramento busca oferecer uma percepção mais nítida sobre o comportamento do passivo e o impacto financeiro acumulado ao longo do tempo.

9. Riscos fiscais. Foi apresentada ao Colegiado a atualização dos Riscos Fiscais. Os membros do Conselho Fiscal tomaram conhecimento das informações e registraram que realizarão uma análise detalhada da planilha e dos dados disponibilizados pela área, visando o acompanhamento da evolução dos passivos. Ao final, o Colegiado solicitou que as próximas exposições possuam um viés mais estratégico, contemplando reflexões e análises

quantitativas sobre os dados, de modo a tornar as informações mais claras, objetivas e gerenciais.

10. Demonstrações Financeiras e notas explicativas- 2º e 3º trimestre. A Gerente Técnica- Contabilidade e Custos e o Gerente Geral- Gestão Financeira, apresentou ao Colegiado as Demonstrações Financeiras do **2º e 3º trimestre**. O Conselho Fiscal foi informado sobre a demanda encaminhada pelo Conselho de Administração referente às Demonstrações Financeiras do 2º Trimestre, especificamente quanto à variação no saldo das provisões registradas na Nota Explicativa 15 (b), decorrente de R\$ 80.804 mil de variação monetária relacionada ao processo envolvendo a [REDACTED], cujo saldo era de R\$ 35.266 mil em junho de 2024 e foi atualizado para R\$ 369.282 mil em março de 2025. O Gerente-Geral do Jurídico esclareceu que se trata de um processo de longa data, iniciado em 2005, cujo valor inicial era de R\$ 35 milhões. Informou ainda que, por ocasião da troca do escritório jurídico, a nova assessoria, ao assumir os trabalhos e realizar auditoria do processo, identificou e incorporou decisão judicial proferida em 2023, que fixou o valor principal em R\$ 288 milhões, o qual, quando acrescido da atualização monetária aplicável ao período, conduz a valor próximo ao registrado nas Demonstrações Financeiras intermediárias de 30 de junho de 2025. Por fim, a atualização monetária registrada a partir de 31 de março de 2025 até 30 de setembro de 2025 foi de R\$ 13.681 mil, totalizando R\$ 94.485 mil, o que explica a variação indicada nas Notas Explicativas. Ciente dessa informação, o Comitê de Auditoria, na análise conduzida por solicitação do Conselho de Administração recomendou que: **(a)** a Contabilidade, em conjunto com o Jurídico, verifique em que momento do tempo a causa passou a ser classificada legalmente como remota, possível ou provável perda à luz do CPC 25, e que, ao se identificar a alteração no prognóstico das chances de perda para provável, seja realizada, nesse exercício, a rerepresentação dessa transação legal, visando à correção do erro, com aplicação das normas contábeis exigidas, nas demonstrações financeiras comparativas ao fechamento das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como divulgar os efeitos do erro conforme requerido pela respectiva norma contábil; **(b)** que seja levado o assunto e potencial erro nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores ao auditor independente visando subsidiar sua análise em conjunto com a Administração para concluir sobre os impactos em seu relatório de auditoria independente, bem como auxiliar a CBTU no processo de divulgação em nota

explicativa do erro identificado; e, (c) comunicar este fato ao Conselho Fiscal considerando seu envolvimento no processo de análise e aprovação em exercícios anteriores das demonstrações financeiras. Ao final o Conselho Fiscal registrou que tomou ciência das justificativas apresentadas e das recomendações do Comitê de Auditoria, manifestando-se pelo monitoramento do tema para assim assegurar a fidedignidade das informações no encerramento do exercício de 2025.

11. Atualização BRASKEM. Atendendo à solicitação da nova Conselheira Interina, foi realizada a apresentação do tópico relativo à Braskem. A exposição teve caráter informativo e de nivelamento, visando o conhecimento da nova integrante sobre o histórico do tema, sem novas atualizações em relação à última apresentação. Após a explanação, o Colegiado deu-se por ciente.

Encerramento: Foi confirmada a próxima reunião do Conselho para o dia 27 de fevereiro de 2026, de forma virtual. Nada mais havendo a tratar, o Presidenta agradeceu a presença e participação de todos e deu por encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata.

RODRIGO SALVI SANTANA

Conselheiro

ANTÔNIO VLADIMIR MOURA LIMA

Conselheiro

MARCIA RIBEIRO ABREU

Conselheira Suplente

KAMILA BARBOSA

Secretária da Mesa